



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**JOANA D'ARC BATISTA**

**CONCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADE DE  
MOBILIDADE**

**Campina Grande, PB**

**2014**

**JOANA D'ARC BATISTA**

**CONCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADE DE  
MOBILIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Alessandro Frederico da Silveira**

**Campina Grande – PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B333c Batista, Joana D'arc  
Concepções sobre a inclusão de alunos com dificuldade de  
mobilidade [manuscrito] / Joana D'arc Batista. - 2014.  
30 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual  
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Alessandro Frederico da Silveira,  
Departamento de Física".

1. Educação Inclusiva. 2. Acessibilidade. 3. Deficiência  
Física. I. Título.

21. ed. CDD 370.115

JOANA D'ARC BATISTA

**CONCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
DIFICULDADE DE MOBILIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19 / 07 / 2014

Alessandro F. da Silveira

Prof. Dr. Alessandro F. da Silveira / UEPB

Orientador

Marta Lúcia de Souza Celino

Profa. Marta Lúcia de Sousa Celino / UEPB

Examinador 1

Ana Patrícia Frederico Silveira

Profa Ana Patrícia Frederico Silveira / UEPB

Examinadora 2

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida e por me tornar capaz da realização da conclusão desta especialização;

Ao Governo do Estado por oportunizar esta especialização ao corpo docente do estado da Paraíba;

A UEPB, Coordenação e professores que oportunizaram novos conhecimentos de forma agradável e competente;

Ao orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Alessandro Frederico da Silveira, pela orientação, apoio e confiança a mim depositada como também a abordagem dada ao tema pesquisado.

A minha irmã Gilma, que me deu apoio, incentivo em todo decorrer desta jornada de estudo.

A minha filha Jéssica que me apoiou nas horas difíceis de desânimo e de cansaço.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A presente pesquisa refere-se a um estudo sobre a inclusão do aluno com deficiência física no espaço escolar. A mesma descreve os pensamentos de autores e alguns pesquisadores acerca do tema em estudo, e traz um diagnóstico das concepções de integrantes de uma comunidade escolar sobre o conhecimento desta problemática no âmbito da mesma. Realizamos uma pesquisa qualitativa descritiva, um estudo teórico e um estudo empírico, fundamentando-se em autores e pesquisadores da área como (CERVANY, 2006; EDLER CARVALHO, 2004; FÁVERO, 2007; MANTOAN, 2006). A primeira parte da mesma foi bibliográfica, em que focamos no embasamento teórico acerca da inclusão e sobre a acessibilidade no âmbito escolar. A segunda parte foi a pesquisa de campo, na qual foi analisado o olhar de uma determinada comunidade escolar situada na cidade de Campina Grande acerca do processo de inclusão dos deficientes físicos. Para tanto, utilizamos um questionário para coleta de dados que foi aplicado aos integrantes desta realidade escolar. Consideramos que esse estudo tem grande relevância para fomentar políticas públicas, sobre a situação das pessoas com deficiência física no campo educacional, objetivando a igualdade social e a plena cidadania que só pode ocorrer através da educação. Desvelando a importância social de se implantar a acessibilidade na escola, buscando formas de mobilidade tão necessária a uma inclusão de fato e de direito.

**PALAVRAS- CHAVE:** Inclusão. Acessibilidade. Espaço Escolar. Deficiência Física.

## **ABSTRACT**

This research refers to a study on the inclusion of students with disabilities at school. The same describes the thoughts of some authors and researchers on the topic under study, and brings a diagnosis of conceptions of members of a school community knowledge about this issue within the same. We conducted a descriptive qualitative research, a theoretical and an empirical study, basing himself on authors and researchers like (CERVANY, 2006; EDLER CARVALHO, 2004; FÁVERO, 2007; MANTOAN, 2006). The first part of it was literature, we focus on the theoretical background about inclusion and about accessibility in schools. The second part was to field research, in which they analyzed the look of a given school community located in the city of Campina Grande about the inclusion of the disabled process. The study used a questionnaire to collect data that was applied to members of this school reality. We believe that this study has great relevance to foster public policies on the situation of people with disabilities in education, aimed at social equality and full citizenship that can only happen through education. Unveiling the social importance of implementing accessibility in school, seeking forms of mobility necessary to an inclusion of fact and law.

**KEYWORDS:** Inclusion. Accessibility. School space. Physical Disability.

## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 1** – Resultado obtido para a questão 2

**GRÁFICO 2** – Resultado obtido para a questão 3

**GRÁFICO 3** – Resultado obtido para a questão 4

**GRÁFICO 4** – Resultado obtido para a questão 5

**GRÁFICO 5** – Resultado obtido para a questão 6

**GRÁFICO 6** – Resultado obtido para a questão 8

**GRÁFICO 7** – Resultado obtido para a questão 9

**GRÁFICO 8** – Resultado obtido para a questão 10

**GRÁFICO 9** – Resultado obtido para a questão 12

**GRÁFICO 10** – Resultado obtido para a questão 13



## SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Revisão de Literatura .....	11
2.1 Alguns Aspectos para a Educação Inclusiva .....	11
2.2 Políticas Públicas de Inclusão e o papel da Educação Especial .....	11
2.3 Deficiência Física .....	13
2.4 Inclusão Escolar de alunos com Deficiência Física.....	14
2.5 Acessibilidade Arquitetônica .....	15
2.6 O Papel da Família no Processo de Inclusão.....	16
3. Metodologia .....	18
3.1. Natureza da Pesquisa .....	18
3. 2. Apresentação e análise dos dados .....	18
4. Descrição do Resultado do Questionário: comentários da Pesquisadora .....	24
5. Conclusão.....	26
6. Referências .....	27
7. Apêndice .....	29

## 1. INTRODUÇÃO

Sendo a escola um espaço próprio dedicado a sistematização e apresentação de conhecimentos, deverá estar apta a atender a toda diversidade existente na nossa sociedade. No entanto, o que se nota é que infelizmente a mesma não atende de forma satisfatória a esta diversidade, demonstrando limitações e levando-a aos educandos, sinalizando assim, uma necessidade de um olhar e de práticas eficazes que venham atender a esta diversidade.

A escola vive hoje um slogan de inclusão, no entanto, só direcionam estudos e práticas ao que se diz respeito à parte pedagógica, esquecendo-se da arquitetura que limita o processo educacional do deficiente físico.

Diante da falta de estrutura física da escola, por não ser adequada ao deficiente físico, ocorrem empecilhos para construção da identidade, da autonomia e cidadania deste aluno com deficiência física, que não sendo atendido na sua necessidade, tem suas ações limitadas enquanto estudante.

No geral, observa-se nas escolas a ausência de rampas, portas alargadas, banheiros e carteiras adequadas para cadeirantes, o que reflete diretamente na falta de acesso com dignidade à escola. Outro aspecto é a omissão por parte de alguns gestores, que mesmo conhecedores da Lei que garante o acesso à escola dos deficientes físicos não as colocam em prática.

Desta forma, observamos que a arquitetura inclusiva na escola, é de extrema importância na construção da identidade e autonomia do aluno com deficiência física. Sendo assim, se faz necessário identificar demandas e construir espaços arquitetônicos, compatíveis com a realidade do aluno com deficiência física.

Como profissional da educação formal e percebendo a dificuldade do aluno com deficiência física, de se incluir no espaço escolar, sem passar por dificuldades de acesso a este, decidimos pesquisar e estudar o tema em questão, a fim de contribuir com a problemática do acesso desse aluno na escola, no que concerne a apropriação de um novo olhar sobre a acessibilidade nos espaços escolares.

A finalidade dessa pesquisa não foi apenas descrever os pensamentos dos teóricos, e sim, uma aquisição de conhecimentos desta problemática no âmbito escolar.

Assim sendo, realizamos uma pesquisa de estudo bibliográfico qualitativa, objetivando subsídios teóricos e práticos, que venham solucionar esta problemática.

A metodologia pela qual optamos trabalhar trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva. A primeira parte da mesma foi bibliográfica, em que focamos no embasamento teórico acerca da inclusão e sobre a acessibilidade no âmbito escolar. A segunda parte foi a pesquisa de campo, na qual foi analisada o olhar de uma determinada comunidade escolar situada na cidade de Campina Grande acerca do processo de inclusão dos deficientes físicos. Para tanto, utilizamos um questionário, com questões específicas, relacionadas ao acesso dos deficientes físicos à escola, o qual foi aplicado nesta comunidade. Com os dados coletados e analisados construímos um diagnóstico dessa realidade, que por consequência nos direciona a um novo saber e um novo olhar sobre a acessibilidade no âmbito escolar.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. Alguns Aspectos para a Educação Inclusiva**

A Educação Inclusiva tem como objetivo incluir os alunos especiais, por não se enquadrarem nos padrões dos ditos “normais”, possibilitando a estes direitos ao ingresso no ambiente escolar.

A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos, buscando-se meios e modos de remover as barreiras, para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente. (EDLER CARVALHO, 2004, p.64)

Ensinar educandos com necessidades educacionais especiais, ainda é um desafio, e se faz necessário soluções conjuntas com os profissionais que fazem a educação, buscando conseguir junto a Secretaria de Educação, recursos e infraestrutura adequada que permitam atender a estes educandos, que existem na nossa sociedade e necessitam de acesso com dignidade ao espaço escolar.

O termo “educação inclusiva” traduz variadas formas de atender à diversidade das necessidades educacionais dos alunos, de forma conjunta nas classes regulares, objetivando um ambiente de aprendizagem escolar acolhedor e agradável, desmistificando o preconceito e viabilizando uma educação inclusiva bem – sucedida, abolindo assim o segregacionismo.

### **2.2. Políticas Públicas de Inclusão e o Papel da Educação Especial**

As políticas públicas da educação inclusiva sinalizam para responsabilidade social e profissional nas diversidades, chegando a proporcionar alicerce para uma política de educação inclusiva. Representando mudança pontual de caráter técnico ou organizacional, bem como o

desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, possibilitando o desenvolvimento dos educandos e conferindo-lhes autonomia e autoestima positiva.

Assim, a Declaração de Salamanca sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994, proclamava com princípio fundamental que:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e criança de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. Todas essas condições levantam uma série de desafios para os sistemas escolares. [...] As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. (p.17 e 18)(MANZINI,2006.p.68)

De acordo com a declaração de Salamanca, a escola deve atender aos alunos com necessidades especiais, oferecendo-lhes acesso à escola, de modo que o educando seja incluído de forma significativa, no sentido mais amplo da inclusão, desmistificando a “complexidade” de que os educandos com necessidades educacionais especiais, requerem atendimentos em locais específicos, abolindo assim as especificidades que segrega e rotula.

Segundo Mantoan, a inclusão escolar está articulada a movimentos sociais que exigem maior igualdade e ao estabelecimento de mecanismos equitativos, trazendo para o debate a questão da igualdade e das diferenças na escola:

A igualdade abstrata não propiciou a garantia das relações justas na escola. A igualdade de oportunidades, que tem sido a marca das políticas igualitárias e democráticas no âmbito educacional, também não consegue resolver o problema das diferenças nas escolas, pois elas escapam ao que essa proposta sugere, diante das desigualdades naturais e sociais. p.19,2005 (MANTOAN , 2006, p.70)

A inclusão escolar deve ser de forma plena e concreta, para que se possa promover o desenvolvimento e as habilidades sociais, além dos conteúdos acadêmicos, incluindo-se oportunidades de interação destes alunos com o processo educacional, que o fornece conhecimentos não apenas teóricos, mas práticas que os leve a exercer sua cidadania, em pé de igualdade com os demais que participam do grupo social o qual faz parte.

O Brasil tem hoje, segundo o Censo escolar de 2005 (MEC, 2006), 640.317 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas do país, portanto esse não é um problema que possa ser ignorado. O ensino fundamental abarca 65,4% dos estudantes, 17,6% deles estão na educação infantil, 7,8% na educação de jovens e adultos, 1,7% no ensino médio e 0,35% na educação profissional. A distribuição das matrículas por necessidades especiais aponta para um contingente de deficiência física, 7,2%. (MANZINI, 2006.p.121)

Assim sendo, se faz necessário respeitar as diferenças, oportunizando recursos necessários para que esta clientela seja incluída no sistema educacional.

No caso do deficiente físico estes recursos então principalmente relacionados a arquitetura, que possibilite este aluno a mobilidade necessária para desenvolver suas ações escolares dentro das suas limitações, mas com a autonomia que lhe é de direito.

### **2.3. Deficiência Física**

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3º. - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I- Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiologia ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art, 4º. – Deficiência Física – Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (SCHIRMER, 2007, p.22)

Percebe-se que a deficiência física não limita o ser de pensar e produzir. O mesmo pode sem nenhuma limitação cognitiva, adquirir conhecimentos sistematizados e interagir com ambiente ao qual ele frequenta (escola) se fazendo necessário criar condições adequadas à sua locomoção, para que possa desenvolver suas potencialidades intelectuais.

No entanto, faz-se necessário o uso de mobiliário adequado e o acesso à mobilidade, que possibilitam aos alunos com deficiência física, autonomia, segurança e a comunicação que os levam a serem inseridos no ambiente escolar de forma satisfatória. Ou seja, a possibilidade de uma escola para todos ou uma escola inclusiva com capacidade para atender alunos com deficiência física.

#### **2.4. Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Física**

A escola tem papel fundamental por ser o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade e o desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania.

Uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, conhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Para que uma escola se torne inclusiva, precisa contar com a participação consciente e responsável de todos os membros que permeiam o cenário educacional: Gestores, professores, e familiares. Assim, a construção de uma escola inclusiva implica em mudanças no contexto educacional: mudanças nas ideias, nas atitudes e na prática das relações sociais.

A Constituição Federal garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, e um dos objetivos fundamentais, “é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc, IV).” (FAVERO, 2007, p.25).

Assim sendo, nota-se que a política educacional difundida pelo Ministério da Educação, tem direcionado ações que possibilitam o acesso do deficiente físico ao ambiente escolar, garantindo-lhe o acesso ao conhecimento sistematizado, levando-o a aquisição de saberes acadêmicos que o torna cidadão politizado e apto à exercer sua cidadania.

Segundo as Leis nº. 7.853/89, 10.048 e 10.098/00, da Constituição Federal, “toda escola deve eliminar suas barreiras arquitetônicas e de comunicação, para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.” (FAVERO, 2007, p.40).

A escola que adota uma postura inclusiva atende a diversidade humana e dar às condições necessárias para sanar barreiras, que afetam o processo da inclusão. A mesma

implica, portanto, desenvolver escolas que acolham a todos os estudantes, independentemente de suas condições pessoais.

## **2.5. Acessibilidade Arquitetônica**

Um dos caminhos da inclusão, dar-se-á através da acessibilidade, devido esta possibilitar aos educandos com deficiência física, a mobilidade necessária do ir e vir, tão essencial a todo o ser humano.

Com base nos princípios do Desenho Universal e da Lei nº 10.098/00, toda escola deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendem à diversidade humana. Recentemente também foi promulgado o Decreto nº 5.296:2004 que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências". (SCHIRMER, 2007.p.105)

Percebe-se com clareza a importância da acessibilidade, para que se possa incluir o deficiente físico no espaço escolar, garantindo-lhe o direito a exercer a sua cidadania, adquirindo os conhecimentos sistemáticos que o ambiente escolar oferece.

A escola sendo um dos principais espaços de convivência social do ser humano, precisa assumir um trabalho educacional inclusivo adequado e eficiente a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade, dentre destas os deficientes físicos, implantando mudanças arquitetônicas, quebrando paradigmas e criando novas mudanças na arquitetura, para proporcionar a construção de espaços escolares inclusivos.

Assim sendo, se faz necessário respeitar as diferenças, oportunizando recursos necessários para que esta clientela seja incluída no sistema educacional. E no caso do deficiente físico, estes recursos então principalmente relacionados à arquitetura, que possibilite a este aluno a mobilidade necessária para desenvolver suas ações escolares, dentro das suas limitações, mas com a autonomia que lhe é de direito.

Desse modo, para que haja inclusão, se faz necessário que ocorra adequações, possibilitando ao educando com necessidade especial, meios de sanar suas dificuldades,



levando-o ao exercício de suas atribuições escolares com autonomia, dentro das suas limitações. E assim, não ficando limitado acerca dos processos interativos sujeito / objeto do conhecimento. No entanto, para os alunos com deficiência física, deve-se haver

“adaptação dos elementos materiais: edifício escolar (rampa deslizante, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, alargamento de portas etc.); mobiliário (cadeiras, mesas e careteiras); materiais de apoio (andador, coletes, abdutor de pernas, faixas restringidoras etc.); materiais de apoio pedagógico (tesoura, ponteiras, computadores que funcionam por contato, por pressão ou outros tipos de adaptação etc.)” (BRASIL, 2006, p.73).

Essas adequações não são apenas significativas, mas necessárias, porque são elas quem proporciona ao aluno com deficiência física, o acesso ao ambiente escolar, que o leva a aquisição e ao desenvolvimento de habilidades que possam no seu ritmo próprio, viver e conviver na sociedade.

## **2.6. O Papel da Família no Processo de Inclusão**

Segundo Cervany (2006, p.237):

“O momento em que o grupo, família e/ou indivíduo encontra-se numa situação de extrema dificuldade, não vê boas saídas ou o que vê como saída não lhe parece possível; quando o que crê não serve para sair da dificuldade, e seus comportamentos também não” (CERVANY, 2006, p.237).

Dessa forma, se faz necessário que esta família procure analisar sua postura, indo à busca de especialistas, que possam compreender a problemática existente, oferecendo-lhes estratégias para conviver com a mesma, que já se encontra instalada em seu âmbito familiar.

Para Pittman (1990):

“de crise como uma tensão que afeta o sistema, requerendo uma mudança que não faz parte do seu repertório usual. Isto determina um sofrimento e a dificuldade de aceitar o diferente, problematizando todos aqueles que convivem com esta diferença, abalando assim, ao só o que “tem” problema, mas todos os que o cercam” (PITTMAN, 1990, p. 113).

Fernandez (1991) apud Munhoz (2003, p.27) destaca que o “o diagnóstico tradicional inclui os pais apenas como informantes, colocando os irmãos à margem, e com esse enquadre confirma-se que a criança é o problema”. Essa visão impossibilita o pensar, o refletir e o agir desta família na busca de possibilidades para a construção de novas estratégias, a fim de trabalhar essa problemática, devido à determinação da centralização do “problema” no indivíduo com necessidades educacionais especiais.

A participação da família no processo de inclusão dos filhos é de suma importância, devido ao universo escolar fazer-se necessário a compreensão de divergências e particularidades do indivíduo que, apesar de fazer parte de um grupo, possui características únicas e potenciais diferentes do grupo no qual está inserido. Portanto, ao ocorrer uma dificuldade de locomoção inerente ao mesmo, o papel da família é de se reeducar e procurar meios de se adequar à diversidade existente no âmbito familiar, adquirindo novos conhecimentos.

Estes conhecimentos de inclusão fornecem estratégias que levam não só o indivíduo com dificuldade de locomoção, a adquirir novas habilidades para construção do conhecimento, de acordo com sua capacidade, como também levam a família a conhecer estes direitos, permitindo-lhes uma nova visão e novas formas de convivência, tanto no âmbito escolar como nos demais segmentos da sociedade.

Dessa forma, a família busca trilhar caminhos para inclusão, com eficácia de novas oportunidades educacionais, que levam o indivíduo com limitação de locomoção a aquisição de habilidades, que o permite socializar-se satisfatoriamente não só no seu contexto familiar, como nos demais segmentos da sociedade. É importante ainda destacar, que se faz necessário que da arquitetura adequada a esta necessidade especial no ambiente escolar, este espaço entre a família e a escola seja contínuo.

### **3. METODOLOGIA:**

#### **3.1. Natureza da Pesquisa**

Segundo Leopardi (1991, p.52):

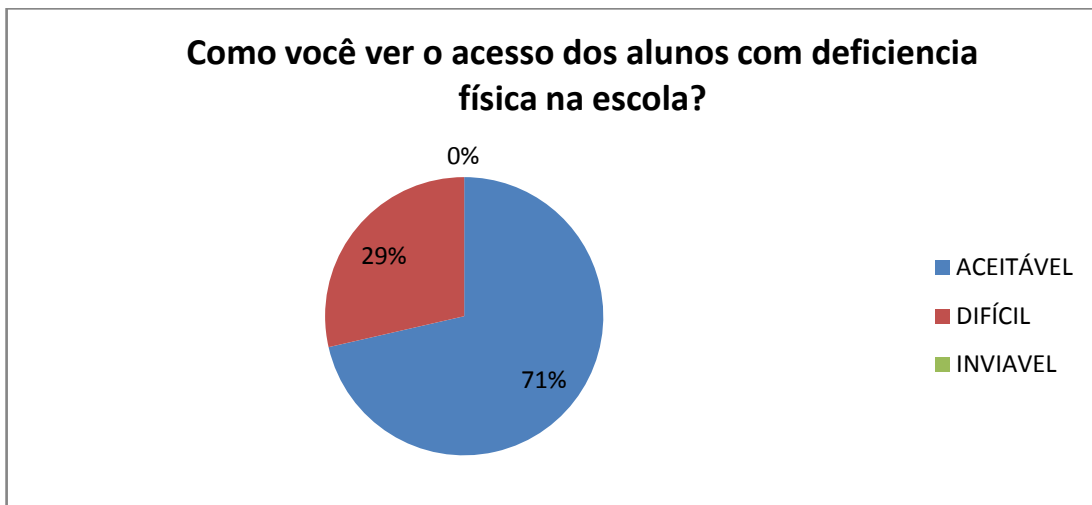
Metodologia é o modo de agir, o caminho escolhido para o desenvolvimento da intervenção, é o conteúdo processual para a identificação dos passos para dirigir a ação e a instrumentalização da ação. É o núcleo para a abordagem do fenômeno sobre o qual se quer agir (LEOPARDI, 1991, p.52)

A metodologia pela qual optamos trabalhar trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva. A primeira parte da mesma foi bibliográfica, em que focamos no embasamento teórico acerca da inclusão e sobre a acessibilidade no âmbito escolar. A segunda parte foi a pesquisa de campo, na qual foi analisada o olhar de uma determinada comunidade escolar situada na cidade de Campina Grande acerca do processo de inclusão dos deficientes físicos. Para tanto, utilizamos um questionário, com questões específicas, relacionadas ao acesso dos deficientes físicos à escola, o qual foi aplicado a quatorze profissionais desta comunidade escolar.

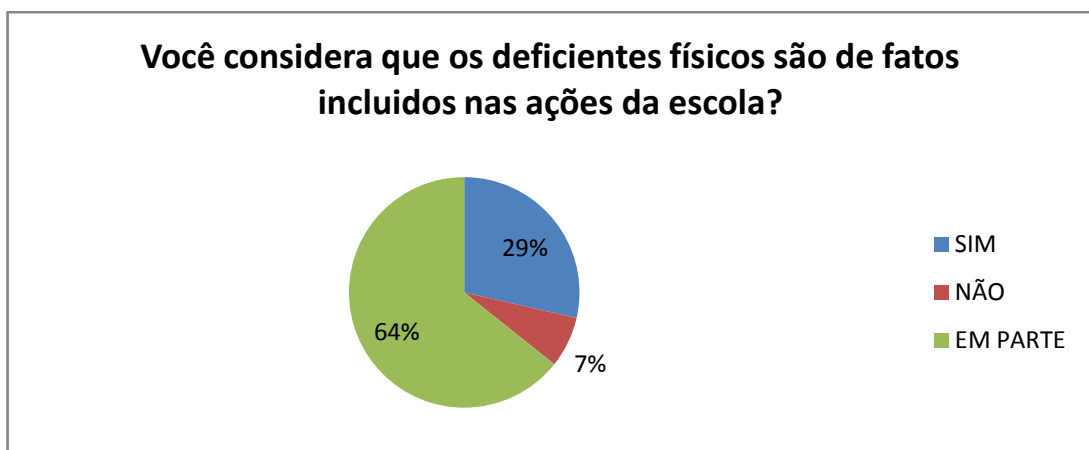
Após a aplicação deste instrumento e com os dados coletados estabelecemos um diagnóstico da realidade investigada e sugerimos propostas de ação, a fim de contribuir com a questão em estudo.

#### **3. 2. Apresentação e análise dos dados:**

Uma das ferramentas do trabalho foi à aplicação de um questionário investigativo, a quatorze profissionais que atuam na escola, que muito contribuiu para identificar a problemática no ambiente escolar referente à inclusão satisfatória dos deficientes físicos, sendo que os dados serão apresentados por meio de gráficos que estão associados às questões que fizeram parte do questionário aplicado.

**Gráfico 1- Resultado obtido para a Questão 2**

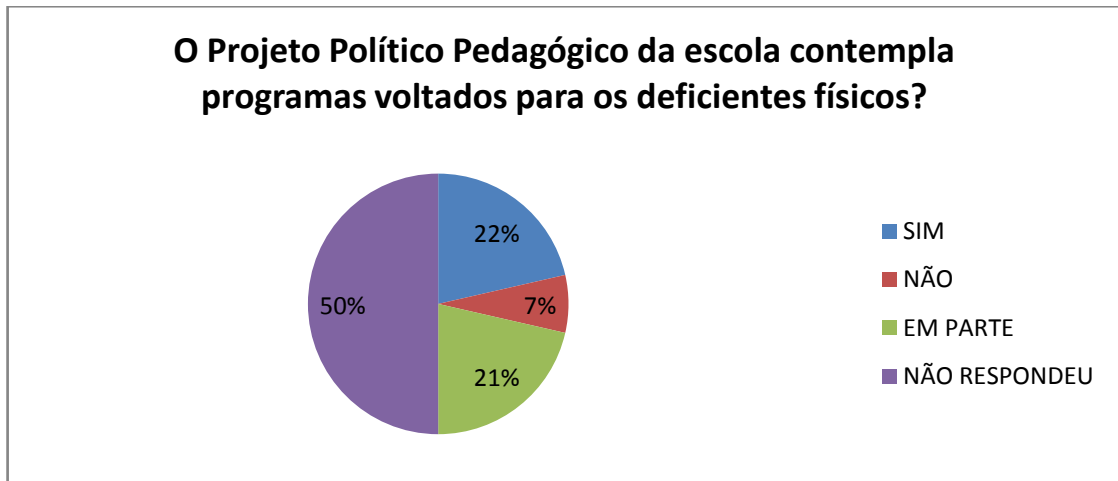
Quanto às respostas relacionadas ao acesso, a maioria da comunidade escolar que participou da pesquisa, declarou que este é aceitável devido à unidade de ensino proporcionar o mínimo de condições a esta clientela, e os mesmos terem capacidade de se socializar no ambiente escolar.

**Gráfico 2- Resultado obtido para a Questão 3**

Referente a esta questão, notamos que quanto à inclusão nas ações da escola, esta se dá de forma parcial devido à falta de ações específicas. De acordo com a fala de um dos entrevistados este menciona:

Entrevistado 1: “Ainda faltam projetos e atividades específicas. Por exemplo, falta educação adaptada”.

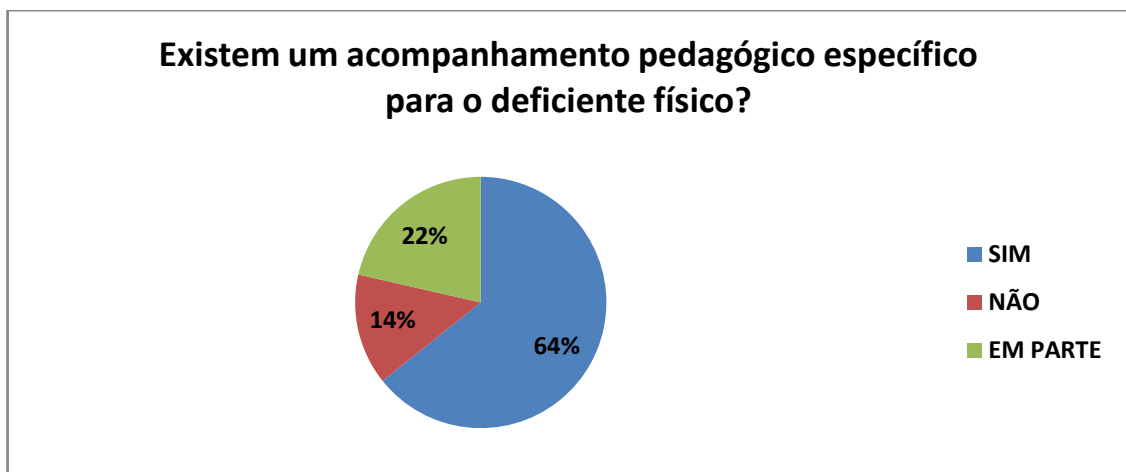
**Gráfico 3- Resultado obtido para a Questão 4**



Observamos que a maioria dos que fazem parte da unidade de ensino, não tem acesso ao conhecimento deste documento escolar, assim sendo não foi possível esclarecer sobre, se o mesmo contempla programas voltados para o deficiente físico. No entanto um entrevistado da unidade de ensino declarou que:

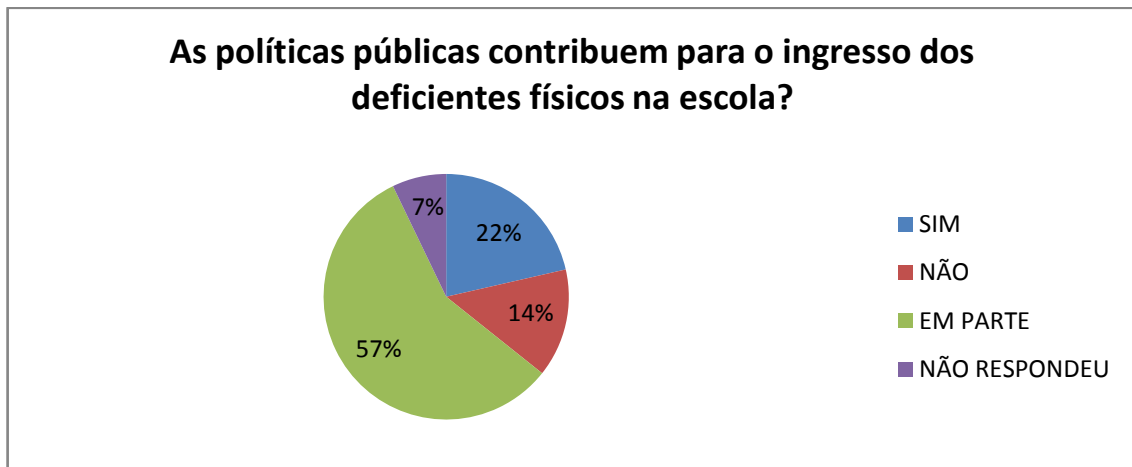
Entrevistado 2: “ Desde 2011 que tudo o que se refere a inclusão foi inserido no projeto político pedagógico.”

**Gráfico 4- Resultado obtido para a Questão 5**



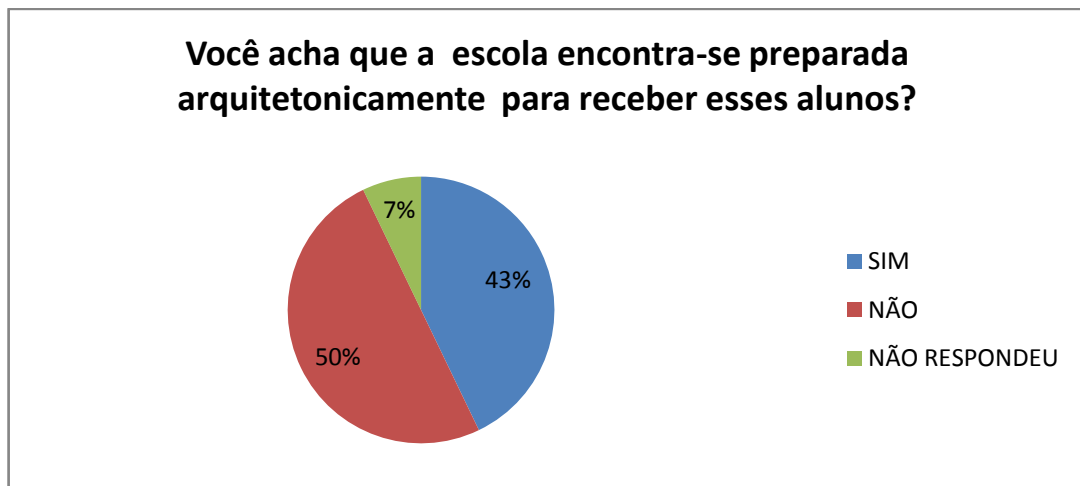
Constatamos que a maioria sinaliza para um aspecto positivo a esta questão e pela fala de outro entrevistado este menciona que “O acompanhamento pedagógico é feito na própria escola, no contra turno de acordo com as necessidades de atendimento individuais do aluno, cujo objetivo é desenvolver suas potencialidades possibilitando a sua inclusão na escola regular de ensino” (Entrevistado 3).

**Gráfico 5- Resultado obtido para a Questão 6**



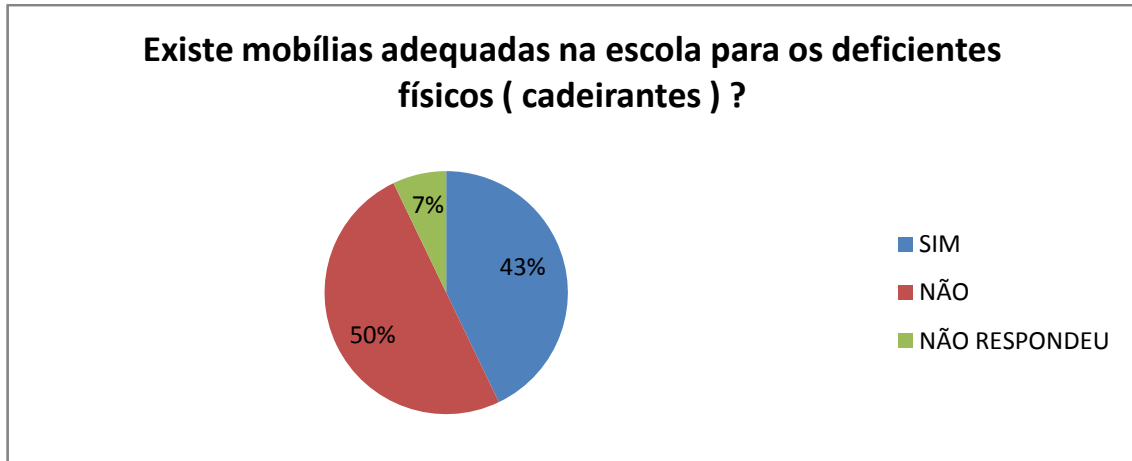
A maioria opinou que as políticas públicas contribuem para o ingresso em parte, devido a obrigatoriedade do acesso dos mesmos a escola. Só que estas não estão adequadas para atendê-los conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (art. 58 e seguintes ).

**Gráfico 6- Resultado obtido para a Questão 8**



De acordo com as respostas, notamos para a metade dos entrevistados não há arquitetura adequada, necessitando assim de uma adaptação para que ocorra a acessibilidade.

**Gráfico 7- Resultado obtido para a Questão 9**



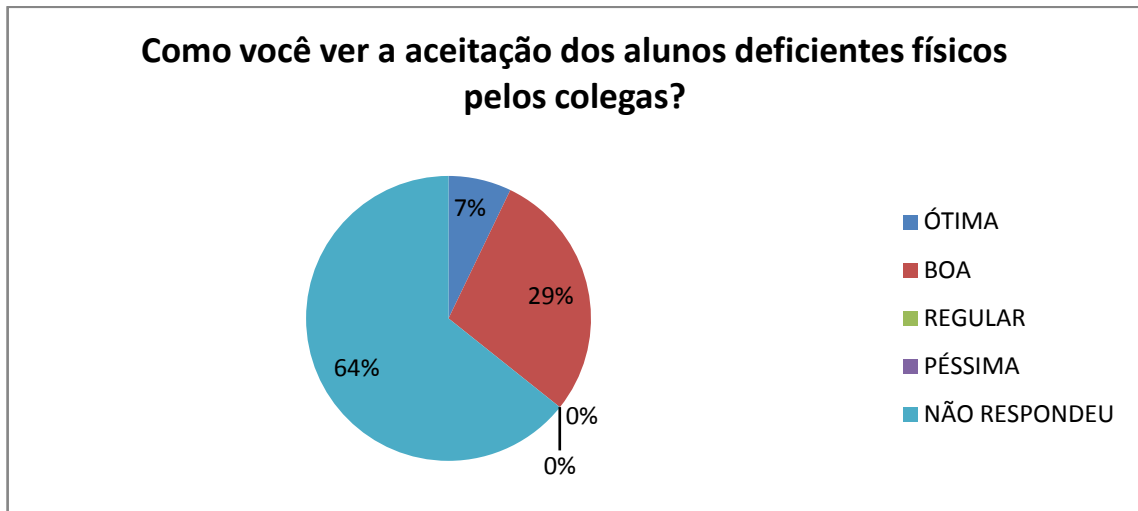
Apesar da inclusão estar no Projeto Político Pedagógico da escola, esta não se encaixa nos requisitos (mobílias adequadas) necessários para que ocorra de fato e de direito, a integração do deficiente físico na escola.

**Gráfico 8- Resultado obtido para a Questão 10**



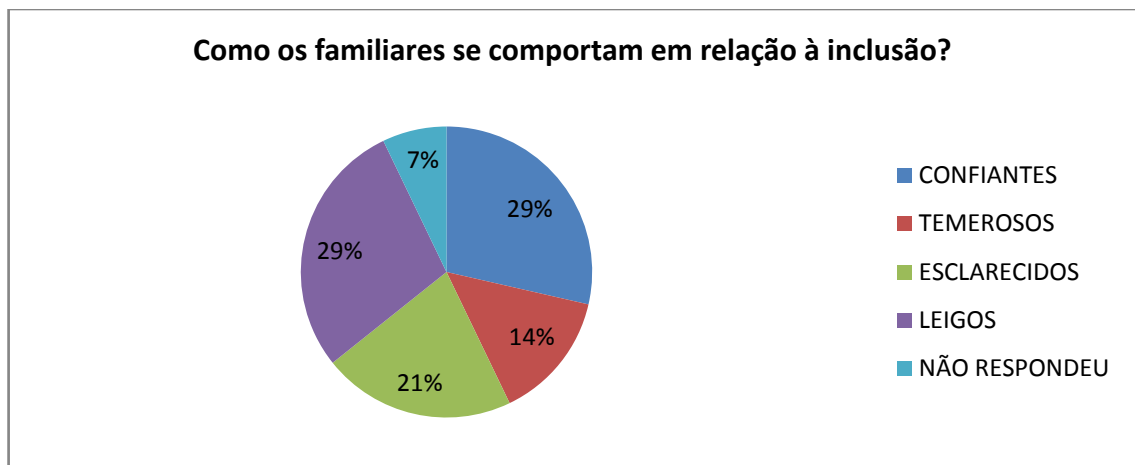
Notamos que a maioria dos entrevistados apontam para a não discriminação na escola com os deficientes físicos e ainda de acordo com alguns entrevistados a socialização dos deficientes físicos é feita de forma natural, ocorrendo um excelente nível de convivência com os mesmos.

**Gráfico 9- Resultado obtido para a Questão 12**



Percebemos que a grande maioria não respondeu ao questionamento, mas que dos que responderam há uma boa aceitação dos deficientes físicos pelo corpo discente da unidade de ensino, o que reflete num bom convívio escolar.

**Gráfico 10- Resultado obtido para a Questão 13**



Em relação a participação das família destes alunos, foi detectado que nem todos são esclarecidos, nem confiantes com relação a inclusão.



#### **4. DESCRIÇÃO DO RESULTADO DO QUESTIONÁRIO E COMENTÁRIOS DA PESQUISADORA**

Devido estas crianças com deficiência física não apresentarem deficiências mentais, podem aprender com os mesmo métodos empregados por crianças não deficientes. Só se fazendo necessário, métodos especiais de ensino as crianças de deficiências físicas que tenham complicações resultantes de lesões neurológicas. Assim sendo, o que se faz necessário ao acesso dos deficiente físico. a escola é a acessibilidade.

Segundo o olhar de alguns profissionais pode-se notar que os mesmos, apesar das limitações existentes no âmbito escolar, aceitam a inclusão dos deficientes físicos. No entanto, percebe-se que esta se dar de forma parcial devido a falta de ações específicas que os privam do acesso aos espaços e atividades que a escola oferece. Devido não haver acessibilidade tão necessária, que leva estes alunos não portadores de limitações cognitivas à novos saberes. “Ainda faltam projetos e atividades específicas. Por exemplo, falta de educação física adaptada”.

Com relação ao acompanhamento pedagógico específico, foi relatado que há um atendimento diferenciado, objetivando melhor desempenho pedagógico destes na sala regular, o acompanhamento pedagógico é feito na própria escola no contra turno de acordo com as necessidades de atendimento individuais do aluno, cujo objetivo é desenvolver suas potencialidades possibilitando a sua inclusão na escola regular de ensino”.

Segundo Wilson ( 1971, p. 28 )

“Grande parte das crianças que tem deficiências físicas é beneficiada com somente algumas modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para atividade escolar.” (WILSON, 1971, p. 28 )

Com relação à família, os profissionais percebem que existem algumas que são conhecedoras do processo de inclusão e dos direitos que lhes são garantidos por lei, no entanto as mesmas são temerosas quanto à socialização satisfatória dos seus filhos.

Ao analisar os questionários, foi detectado um alto percentual de respostas sem justificativa, demonstrando assim, falta de conhecimento específico por parte de alguns

profissionais da “problemática” existente na unidade de ensino. Daí a necessidade de ocorrer melhores esclarecimentos a cerca da inclusão dos deficientes físicos na unidade de ensino.

Faz-se necessário que as informações e os conhecimentos estejam presentes em toda comunidade escolar, proporcionando assim uma inclusão a todos os seguimentos existentes na escola e não se restringindo a um resumido grupo de profissionais, mas a toda comunidade escolar.

Diante o exposto percebemos que apesar de vivemos em uma sociedade pluralista, onde há programas de educação inclusiva que assegura à inclusão dos deficientes físicos na educação formal, estes ainda, atuam de forma limitada por não haver um conhecimento nem um consenso no espaço escolar referente à inclusão. A cultura inclusiva, que dar direito à diversidade no ambiente escolar, necessita vencer barreiras não só preconceituosas, como a falta de conhecimentos específicos e principalmente as barreiras arquitetônicas que infelizmente existem no espaço educacional delimitando assim a tão necessária socialização e autonomia do deficiente físico na escola.

Ficou evidente que existe privação de acesso e participação dos alunos em espaços e atividades que a escola oferece devido não haver acessibilidade necessária para esses alunos, que não apresentam nenhum comprometimento cognitivo que o limite à busca e a aquisição dos conhecimentos sistemáticos oferecidos no ambiente escolar.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo foi detectar como ocorre a inclusão do deficiente físico no espaço escolar. O mesmo foi realizado através de um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo que ocorreu em uma escola pública da rede estadual do ensino fundamental em Campina Grande, a qual possui alunos com deficiência física inseridos em salas de aulas regulares.

Objetivando uma fidedignidade científica, tivemos delimitação do estudo focando 100% no deficiente físico. A intenção dessa delimitação foi conhecer mais profundamente a realidade da acessibilidade na escola.

A acessibilidade é fator fundamental de combate a exclusão dos alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida no âmbito escolar, devido a mesma promover o acesso de forma eficaz que estes necessitam para desenvolver suas potencialidades e competências. Assim sendo se faz necessário que haja adequações arquitetônicas, que possibilitem a estes terem autonomia no espaço escolar.

A escola inclusiva não deve se limitar a aspectos pedagógicos diferenciados, devido haver alunos com deficiência física e esses necessitarem de mobilidade que lhes ofereçam acesso a todos os espaços físicos da escola, para que haja um ambiente acessível, eliminando não somente a inadequação física como as impossibilidades de recursos adaptados ao processo.

No sentido de sugerir proposições para a inclusão dos alunos com necessidades especiais (deficientes físicos) no ambiente escolar, propomos que seja cumprido o que está disposto em lei, como foi visto no desenvolvimento desse trabalho, pois é um direito destes alunos receber educação sistematizada oferecidas nas unidades de ensino, tornando-os cidadãos atuantes na sociedade.

Esta pesquisa ainda será ampliada na discussão da observação do espaço físico da escola, objetivando a acessibilidade de fato e de direito aos alunos com deficiência física, ao acesso à escola de forma plena e um melhor conhecimento da realidade estudada, por parte dos profissionais que atuam na unidade de ensino.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo Competências Para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Alunos com Deficiência Física, Brasília. 2006. P. 28.

CERVANY, Ceneide M<sup>a</sup> de Oliveira (org.). Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

EDLER CARVALHO, Rosita. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Aspectos Legais e Orientação Pedagógica. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 27p.

\_\_\_\_\_. Deficiência Física. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 60 p.

GIACOMINI, Lília. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e mobilidade adequação postural e acessibilidade especial. UFC, 2010, p. 39

\_\_\_\_\_. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e mobilidade adequação postural e acessibilidade especial. UFC, 2010, p. 41

LEOPARDI, Maria Teresa. Metodologia da Pesquisa. Santa Maria: Pallotti, 1991, p. 52

MANTOAN apud Manzini Eduardo José (org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006, p. 70

MANZINI, Eduardo José (org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006. p. 180

MUNHOZ, M<sup>a</sup> Luíza Puglisi (org.) Questões Familiares em Tema de Psicopedagogia. Coleção Tema de Psicopedagogia. Livro 7. São Paulo: Mennom, 2003.

PITTMAN. F.S. Momentos Decisivos Tratamiento de Famílias em Situaciones de Crisis. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1990, p. 113

SCHIRMER, Carolina R. Deficiência Física. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Mec / Seesp, 2007, p. 60

WILSON apud BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo Competências Para o Atendimento às Necessidades Educacionais de Alunos com Deficiência Física, Brasília. 2006. P. 28.

## APÊNDICE

### Questionário aplicado na escola

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS**  
**PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

### Instrumento de coletas de dados

Obs.: O questionário é para fins investigativos, não é necessário identificar seu nome.

1-Função na escola:

( ) Gestão                      ( ) Psicopedagogo                      ( ) Porteiro

( ) Professora                      ( ) Cuidadora                      ( ) Auxiliar

O olhar dos profissionais da comunidade escolar acerca da acessibilidade de pessoas com necessidades de mobilidade.

2- Como você ver o acesso de alunos com deficiência física na escola?

( ) Aceitável                      ( ) Difícil                      ( ) Inviável

Justifique: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

3- Você considera que os deficientes físicos são de fato incluídos nas ações da escola?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Justifique: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4- O Projeto Político Pedagógico da escola contempla programas voltados para os deficientes físicos?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5- Existe um acompanhamento pedagógico específico para os deficientes físicos?

Sim                       Não                       Em parte

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6- As políticas públicas contribuem para o ingresso dos deficientes físicos na escola?

Sim                       Não                       Em parte

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7- Quais as dificuldades em lidar com os deficientes físicos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8- Você acha que a escola encontra-se preparada arquitetonicamente para receber esses alunos?

Sim                       Não

9- Existem mobílias adequadas na escola para os deficientes físicos (Cadeirantes) ?

Sim                       Não

10- Existe discriminação com os deficientes físicos na escola? De que tipo? Caso positivo passe para a próxima questão. Caso negativo passe para a questão 13.

Sim                       Não

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11- A discriminação geralmente é por parte dos:

Professores       Funcionários       Alunos       Técnicos

12- Como você ver a aceitação dos alunos deficientes físicos pelos colegas?

Ótima       Boa       Regular       Péssima

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13- Como os familiares se comportam em relação à inclusão?

Confiantes       Temerosos       Esclarecidos       Leigos